RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - Exercício 2020

Sumário

O FUMPRES 3
Dados dos Segurados, Receitas e Despesas 7
Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas 7
Resumo das folhas de pagamentos 7
Valor da arrecadação de contribuição e outras receitas 8
Outras despesas – despesas administrativas 8
Base de contribuição de ativos/estatutários 8
Gestão de Benefícios 8
Base de Benefícios 8
Evolução da Situação Atuarial 10
Alterações Legais 11
Gestão do Ativo Patrimonial 12
Histórico do Déficit Atuarial 12
Gestão de Investimentos 13
Plano de Capitalização 15
Resultados investimentos 16
Rendimento 17
Rentabilidade 17
Órgãos Colegiados 18
Conselho Deliberativo – Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES 18
Cronograma das Reuniões 19
Conselho Fiscal 20
Cronograma de Reuniões 21
Comitê de Investimentos 24
Cronograma de Reuniões 25
Órgãos de Fiscalização do FUMPRES 30
Gestão de Pessoal 31
Estrutura Quadro de Pessoal 31
Organograma 31
Gestão Orçamentária e Financeira 32
Gerenciamento de Custeio e Contratos 34
Controles Internos 34

Business Process Managament (Bpm) 37
Cumprimento de Decisões Judiciais 39
Canais de Atendimento 40
Presencial 40
Serviços Online 43
1º semestre – por assunto 43
1º semestre – por canal 44
1º semestre – por tipo 44
2º semestre – por assunto 45
2º semestre – por canal 46
2º semestre – por tipo 47

O FUMPRES

A história do Montepio dos Servidores Municipais e a cidade do Salvador

O contexto sociopolítico brasileiro da segunda metade do século XIX foi caracterizado por décadas de instabilidades com tensões diversas e um panorama social conturbado, marcado pela escravidão e seu fim em 1888. O cenário da República a partir de 1889, com seu conceito de modernidade e "civilidade", buscou realizar mudanças nesse contexto. Medidas com o intuito de "modernizar" o país e as capitais passaram a vigorar, juntamente com reformas no tecido urbano, novas relações de trabalho e o fortalecimento de concepções indo de encontro ao novo governo, mesmo que na prática diversos problemas ainda persistissem, principalmente no que toca o social.

Em Salvador temos no final do século XIX uma população de 174.412 habitantes, enquanto que, na última década desse mesmo século, o Brasil possuía mais de 16 milhões de habitantes. Boa parte da elite política baiana tinha se conservado fiel à monarquia, lembra a historiadora Consuelo Sampaio, aderindo com certo contragosto à República, o que reflete parte do panorama político da época e seus projetos para o Estado.

É nesse contexto de mudanças profundas no cenário nacional, já na República, que em 15 de abril de 1893 o Conselho Municipal baixou a resolução n° 14, autorizando o Intendente a criar o Monte-Pio "obrigatório para os empregados municipais (...) nas mais largas e seguras bases possíveis", lembra o procurador João Francisco Prisco Paraiso Neto em sua "Coletânea das Leis do Montepio dos servidores municipais do Salvador", de 1966. Com a promulgação do primeiro estatuto em 20 de Julho do mesmo ano, sendo Intendente do Município José Luiz de Almeida Couto.

O intendente José Luiz de Almeida Couto (na pintura ao lado) foi um médico de relevância no cenário baiano e da política nacional sendo presidente da província de São Paulo, além da Bahia. Foi Deputado à Assembleia Geral Legislativa e organizou, já na República, o Partido Nacional na Bahia, sendo inclusive

candidato à vice-presidência da República. Catedrático da Faculdade de Medicina em Salvador, escreveu livro de grande relevância no meio acadêmico. Faleceu no dia 9 de outubro de 1895, como intendente na Bahia, destacado com ênfase na "Necrologia de Brazileiros Illustres" do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e Indicador para 1896 (pg. 109–110).

Na mesma década, foram inaugurados na capital baiana: o Arquivo Público (1890), o Corpo de Bombeiros (1894) e a Escola Politécnica (1897). No setor privado, em 1891, destacaram-se a fundação do Empório Industrial do Norte, do industrial Luiz Tarquínio e a Cia. Progresso Industrial da Bahia, da família Catharino, sendo maior expoente o Comendador Bernardo Martins Catharino. Em 1897 foi inaugurada a primeira linha de bondes elétricos, a Cia. de Carris Elétrico. Nos anos seguintes, já na primeira década do século XX, significativas obras marcaram a região central de Salvador, especialmente no Porto, local de destaque desde séculos anteriores no fluxo e refluxo de mercadorias.

É importante destacar que a criação do Montepio Municipal em 1893 procede outras organizações já existentes. Pedro de Almeida Vasconcelos lembra, em "Salvador: Transformações e Permanências (1549 – 1999)", que na década de 50 do século XIX, em 1853, foram criadas "novas organizações de trabalhadores" como a Sociedade Montepio dos Artistas, com o objetivo de assistir na doença e assegurar o funeral". E em 1857 o Montepio dos Caixeiros Nacionais. Ainda antes, na década de 20 do século XIX, existia a Sociedade dos Artífices, depois nomeada Montepio dos Artífices.

As três primeiras décadas do século XX registraram alterações que valem ser destacadas na parte administrativa da realidade baiana já com uma população que ultrapassou os 205 mil habitantes e uma expectativa média de vida de 33 anos. Primeiro os governadores passaram a nomear os intendentes municipais, lembra Pedro de Almeida Vasconcelos. E em 1921 é publicado o Código de Posturas Municipais, passando em 1926 os conselheiros do município serem

denominados vereadores. É só em 1930 que a dominação de “Prefeito” passa oficialmente a designar o chefe do executivo no Munícipio de Salvador.

Ainda em 1928 o Intendente Municipal “engenheiro Francisco de Souza” publica o “Acto N° 89” regulamentando o Monte-Pio; nos anos seguintes os atos publicados já utilizam a denominação de prefeito. Em 1928 o Monte-Pio dos Funcionários Municipais passou a ser regulamentado pela Lei nº 1.202 de 31 de dezembro de 1928, objetivando, entre outros pontos, conceder amparos por motivo de invalidez e velhice ao segurado e seus familiares.

O principal destaque da década de 1940 em Salvador foi a assinatura do contrato com o engenheiro Mario Leal Ferreira com a finalidade da elaboração de um plano urbano para a Cidade, o EPUCS. Fundamental para as obras que mudariam o contexto da cidade a partir da década de 1960 e 70 nas gestões municipais e estaduais de Antônio Carlos Magalhães. Na década de 1940 a cidade possuía uma população de 290 mil habitantes.

Nessa mesma década Salvador viveu um contexto de grandes transformações urbanas com a exploração massiva da região do seu miolo, a continuidade da abertura das avenidas de vale, criação do Centro Administrativo da Bahia e a abertura da Avenida Paralela, possibilitando uma ligação com o novo eixo de crescimento da Cidade. Na época, em 1970, a capital baiana tem mais de 1 milhão de habitantes, número que continua crescendo consideravelmente nas décadas seguintes.

Em 1973, ocorreu a fusão do Montepio dos Servidores Municipais do Salvador (MSMS) e a Fundação de Assistência Médica ao Servidor Municipal (FAMSER), através da Lei 2.456/1973, criando-se então o Instituto de Previdência do Salvador (IPS), que passou a ser responsável pela seguridade social dos servidores municipais, preservando a todos os benefícios anteriores e ampliando ainda mais o rol de garantias sociais.

É importante observar que, no §3° do Art. 1° desta lei, já se destaca preocupação quanto ao equilíbrio financeiro e atuarial:

Nenhuma prestação de caráter previdenciário ou assistencial poderá ser criada, majorada ou estendida no Município do Salvador, sem que, em contrapartida, seja estabelecida a competente receita de cobertura.

Àquela época, a legislação determinava ao então IPS o cumprimento de assistência financeira aos segurados, além da assistência médica - englobando tratamento ambulatorial, hospitalização e tratamento de "afecções médicas e cirúrgicas", bem como assistência farmacêutica. A assistência financeira compreendia empréstimos funeral, saúde e nupcial (de concessão obrigatória) ou de emergência, simples e imobiliários (de concessão não obrigatória).

Nessa mesma década Salvador viveu um contexto de grandes transformações urbanas com a exploração massiva da região do seu miolo, a continuidade da abertura das avenidas de vale, criação do Centro Administrativo da Bahia e a abertura da Avenida Paralela, possibilitando uma ligação com o novo eixo de crescimento da Cidade. Na época, em 1970, a capital baiana tem mais de 1 milhão de habitantes, número que continua crescendo consideravelmente nas décadas seguintes.

Até o início dos anos 1990, os servidores e agentes políticos da Câmara Municipal do Salvador eram atentidos pelo Instituto de Previdência dos Vereadores do Salvador (IPVS), criado pela Lei nº 3.822 de 24 de novembro de 1987. Pela Lei nº 4.281/1991, o então prefeito Fernando José Guimarães Rocha (nome do edifício que sedia a atual Diretoria Geral de Previdência) extingiu o IPVS, transferindo as suas obrigações de seguridade social e o patrimônio para o IPS.

Em 2016, pela Lei nº 9.186/2016, o Instituto de Previdência do Salvador (chamado Previs) foi extinto na reforma administrativa proposta pelo executivo municipal, sob a condição de organização de uma estrutura gestora subordinada

à administração direta. Foi pela Lei 9.216/2017 que ficou instituído o sistema de gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Salvador, integrado pelo Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES), pela Diretoria Geral de Previdência (DPR) vinculada à Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), e pelos Conselho Municipal de Previdência do Servidor (COMPRES), Conselho Fiscal do FUMPRES e Comitê de Investimentos.

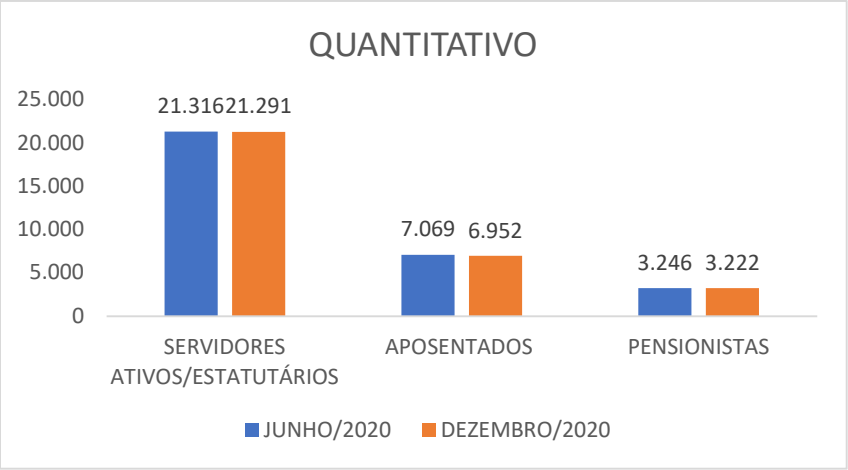
Por Rafael Dantas - historiador, professor e mestrando em Cultura Material pela Universidade Federal da Bahia (UFBa)

Dados dos Segurados, Receitas e Despesas

Quantitativo de servidores ativos, aposentados e pensionistas

O fechamento do exercício de 2020 apresentou os seguintes dados referentes ao quantitativo dos servidores ativos/estatutários, inativos e pensionistas.

SEGURADOS	JUNHO/2020	DEZEMBRO/2020
SERVIDORES ATIVOS/ESTATUTÁRIOS	21.316	21.291
APOSENTADOS	7.069	6.952
PENSIONISTAS	3.246	3.222



Resumo das folhas de pagamentos

As folhas de pagamento do 1º e 2º semestre de 2020, apresentaram os seguintes resultados:

Mês	Valor
Junho	R$ 37.092.074,63
Dezembro	R$ 74.033.640,44

Valor da arrecadação de contribuição e outras receitas

Mês	Valor
Junho	R$ 39.546.373,28
Dezembro	R$ 112.128.202,82

Outras despesas – despesas administrativas

Mês	Valor
Junho	R$ 1.234.741,81
Dezembro	R$ 3.195.900,22

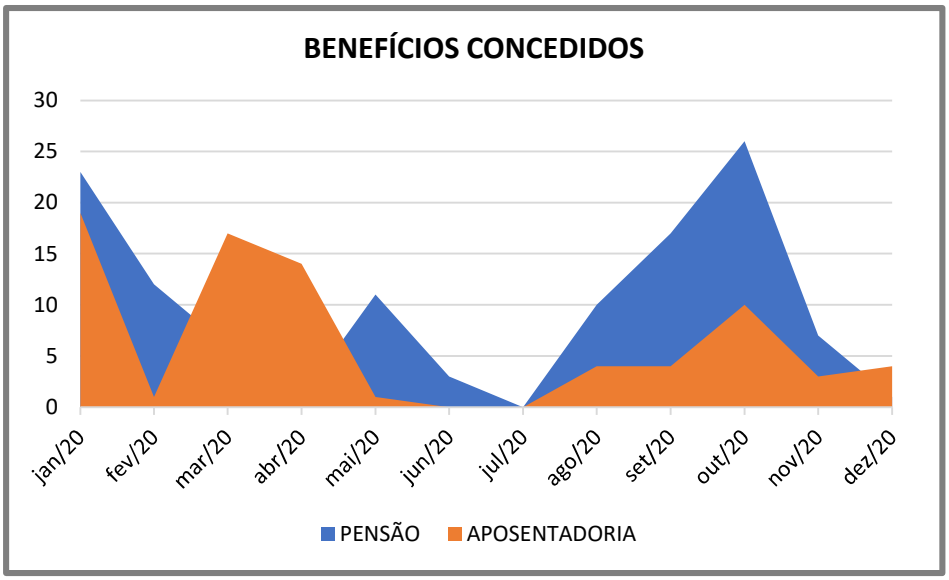
Base de contribuição de ativos/estatutários

Mês	Poder Executivo	Poder Legislativo
Junho	R$ 100.250.322,53	R$ 1.989.995,47
Dezembro	R$ 156.416.696,53	R$ 2.534.297,88

Gestão de Benefícios

Base de Benefícios

O FUMPRES conta com uma base de 31.499 servidores, dos quais 21.140 são efetivos, 7.051 são inativos e 3.308 são pensões por morte instituídas. Apresentamos, no gráfico abaixo, uma série histórica dos benefícios (de aposentadoria e de pensão por morte) concedidos a cada mês do ano de 2020 e que ainda constam na base cadastral, conforme dados do dia 11 de janeiro de 2021.

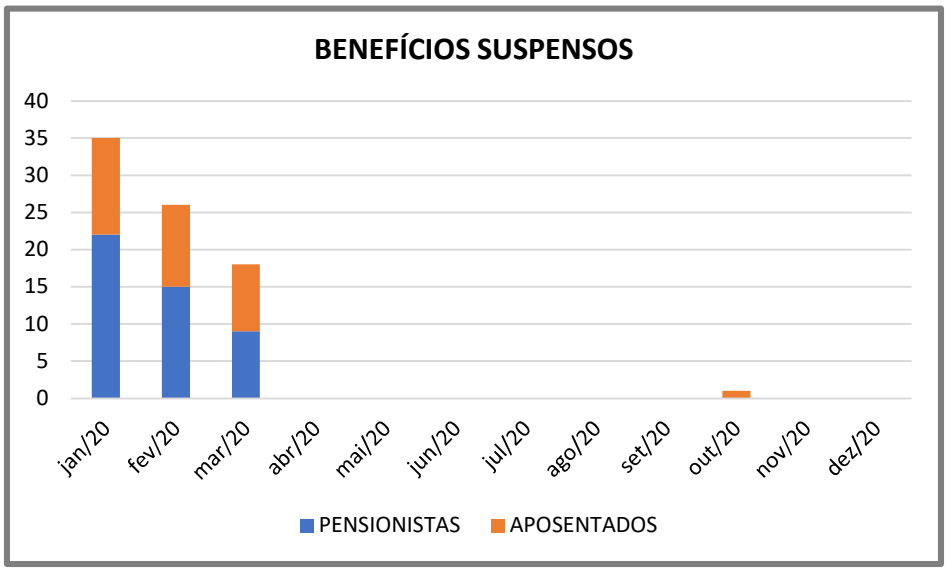


Essa análise temporal é importante e revela que 22% dos benefícios referentes ao ano de 2020 foram concedidos no mês de janeiro; indo além, é possível verificar com a série histórica que 60% dos benefícios concedidos foram referentes a pensões por morte. Especificamente, em 2020, foram 198 benefícios concedidos, representando um aumento de 2% em relação ao ano anterior do mesmo período.

No que tange a faixa etária dos beneficiários concluiu-se que 58,3% possuem uma idade média de 61 a 70 anos. Além disso, temos que a base dos servidores é majoritariamente composta pelo sexo feminino (71,7%) sendo essa proporção mais acentuada no grupo de pensionista, onde temos mais de 83% de mulheres.

De acordo com o decreto que institui o recadastramento permanente para os segurados do FUMPRES, é obrigatório o comparecimento no mês do aniversário sob pena de suspensão do benefício. Além disso, a suspensão pode ser efetuada no decorrer de auditoria que identifique situação potencial de irregularidade ou na suspeita de falecimento do beneficiário. Desde meados de 2017, o controle neste sentido se intensificou e tem demonstrado efeitos positivos no atendimento às normas do recadastramento, bem como para evitar danos ao erário público em ilegalidades identificadas pela auditoria. O gráfico a seguir mostra a quantidade de benefícios suspensos mensalmente no ano de

2020 por meio do recadastramento previdenciário, todavia, vale ressaltar que a partir de março houve a suspensão temporária da obrigatoriedade do recadastramento, impactando nesse tipo de análise conforme o gráfico abaixo.



Evolução da Situação Atuarial

O cálculo atuarial dimensiona os compromissos do Plano de Benefícios e estabelece o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A partir do cálculo atuarial, são elaborados estudos técnicos com base nas características biométricas, demográficas e econômicas do grupo populacional analisado, com o objetivo principal de estabelecer – de forma suficiente e adequada – os recursos necessários para a garantia do pagamento dos benefícios atuais e futuros.

O atuarial considera em sua análise três bases: (1) Base normativa, composta pelo rol de benefícios, valores e critérios de elegibilidade; (2) Base cadastral, contendo as características individuais dos segurados; e (3) a Base atuarial, que indica as hipóteses atuariais e mecanismos de projeção de valores futuros. É importante ressaltar que o resultado atuarial é correspondente à base de benefícios na data de 31 de dezembro; logo, o déficit atuarial calculado no ano corrente é sempre referente à base do último dia do exercício anterior.

O resultado da projeção atuarial é influenciado diretamente pela qualidade dos dados cadastrais e previdenciários dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Isso significa que a qualidade dos dados constantes na base cadastral é diretamente proporcional à consistência do resultado atuarial. Em primeira análise, percebeu-se um alto índice de inconsistência na base de benefícios em campos cadastrais como sexo e data de nascimento, bem como nos dados funcionais como data de início do benefício, tipo de aposentadoria, condição de invalidez, tempo de contribuição, valor do benefício. Entre 2012 e 2015, o déficit atuarial do FUMPRES cresceu a uma taxa média superior a 10,0% ao ano, o que representou aumento de R$ 2 bilhões entre 2013 e 2015.

Alterações Legais

Conforme já mencionado, a análise atuarial é impactada pelo rol de benefícios elegíveis aos segurados do RPPS, assim como os seus critérios de elegibilidade.

Assim sendo, após uma série de audiências públicas e reuniões com vereadores e entidades sindicais para esclarecimento de dúvidas no dia 23 de março de 2020, foi aprovada a LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2020 que modifica as regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Salvador, promove alterações para implementar o Programa de Renovação da Previdência e dá outras providências. As alterações propostas por meio da referida lei têm o objetivo de adequar às normas relativas à concessão de aposentadoria e pensão por morte do Regime, além disso, o programa de renovação da previdência tem um potencial de reduzir o déficit atuarial do Município em até 40% além de criar a Poupança Pública Previdenciária, uma medida inédita que tem o potencial de acumular até R$ 800 milhões nos próximos 25 anos. As alíquotas de contribuição foram majoradas para 14% e o limite de isenção para aposentados e pensionistas passa a ser de 3 salários mínimos. Todas estas medidas, visam a redução do déficit atuarial.

Gestão do Ativo Patrimonial

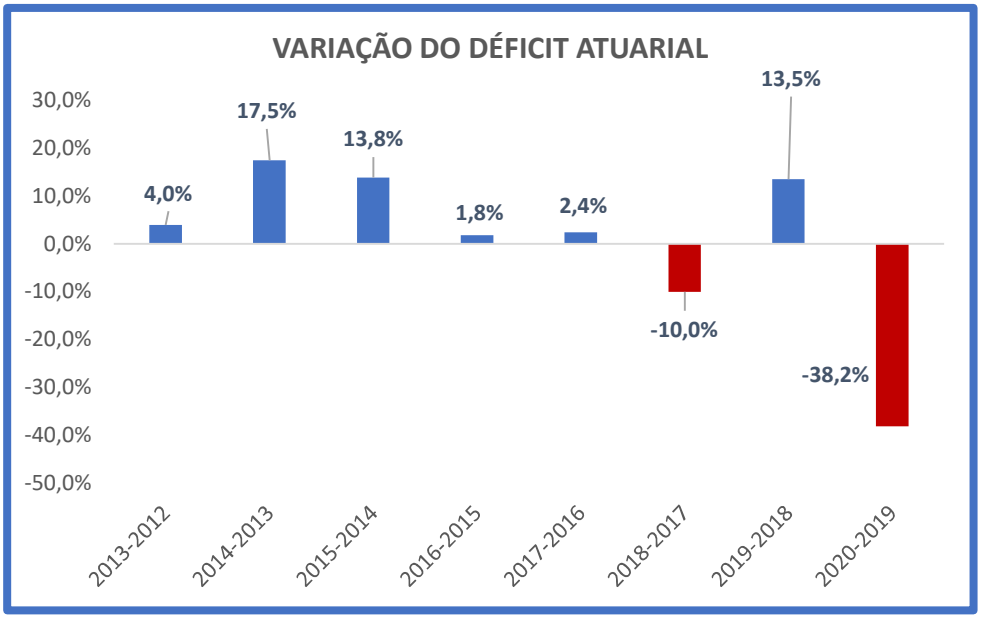
O FUMPRES possui equipamentos (prédios e salas) que carecem de regularização documental. A DPR iniciou, então, o planejamento de projeto com a finalidade de promover a regularização patrimonial destes imóveis. Em razão dos trâmites burocráticos e da carência histórica de documentação, o projeto exige muito esforço de tempo para que a regularização patrimonial seja efetivada.

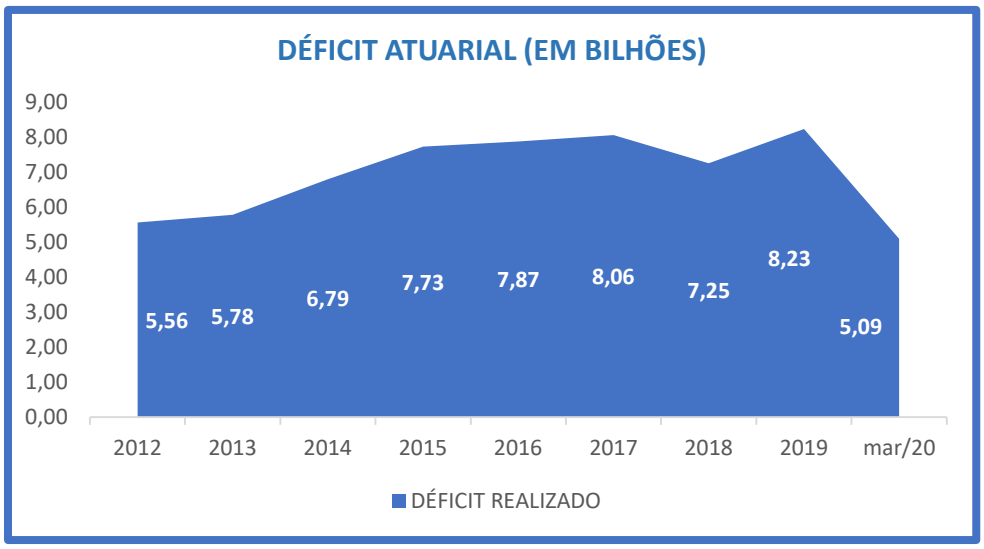
Além disso, foram elaboradas propostas de transferência de bens patrimoniais do município para o FUMPRES, com potencial de gerar um incremento imediato de quase R$ 670 milhões no ativo patrimonial, e reduzir o déficit atuarial em cerca de 7%.

Histórico do Déficit Atuarial

Como já mencionado, o déficit atuarial do FUMPRES cresceu a uma taxa média superior a 10,0% ao ano entre 2012 e 2015, de modo a acender o “alerta” na gestão do RPPS.

O resultado da projeção atuarial, com data-base em 31/12/2019, indica um déficit de R$ 8.233.163.556,68 (um aumento de 14% em relação ao resultado obtido com a base de 2018). O déficit em março de 2020 foi de projetado para o ano de 2019 foi de R$ 5.085.495.162,01, representando uma redução de 38% quando comparado ao déficit do exercício anterior. A redução foi devido à EC 103/2020 e LC 075/2020, além das boas práticas de auditoria e governança adotadas, a diretoria tem aplicado esforços no trabalho contínuo de qualificação das informações. A redução também reflete as medidas aprovadas com base na lei complementar 075/2020. Nesta projeção, foi possível adicionar a variável do tempo médio do abono de permanência na projeção, o que contribuiu para o resultado obtido.





Gestão de Investimentos

O Comitê de Investimentos, cujos atuais membros titulares foram nomeados em 01 de agosto de 2019 por meio de decreto simples publicado no DOM 7.420, realizou doze reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária durante o ano de 2020.

Para formular a política de investimentos o comitê de investimentos analisou o comportamento dos mercados financeiros e de capitais, principalmente no cenário nacional, mas sem deixar de acompanhar os mercados internacionais, com o objetivo de identificar a tendência de valorização ou desvalorização dos

títulos e demais ativos financeiros que poderão ser adquiridos com as disponibilidades financeiras do FUMPRES.

Formulada pelo Comitê de Investimentos do FUMPRES, a política de investimentos foi submetida e aprovada pelo Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES. Tais ações são realizadas para aplicação no exercício financeiro subsequente, quando então caberá ao Comitê de Investimentos acompanhar a execução da Política de Investimentos e verificar se a Diretoria de Previdência está observando aquilo que foi proposto pelo Comitê e aprovado pelo Conselho Municipal.

Este acompanhamento inclui o credenciamento das instituições bancárias onde serão aplicados os ativos financeiros do FUMPRES, bem como os tipos específicos de ativos, em especial, fundos de investimentos cujas cotas serão adquiridas com recursos previdenciários.

No decorrer do ano de 2020, o Comitê de Investimentos acompanhou a rentabilidade dos resultados dos investimentos realizados pelo FUMPRES a cada mês, sempre em valor percentual equivalente ao CDI.

É importante destacar ainda que, em razão da reduzida reserva financeira do FUMPRES, o horizonte de investimentos é de curtíssimo prazo. Isso implica que as aplicações momentâneas devem ser caracterizadas por baixo risco, elevada liquidez e, dentro do possível, com rentabilidade compatível com a meta atuarial. Além disso, coube ao órgão elaborar a política de investimentos do ano de 2020. Após análise dos cenários nacional e internacional, o Comitê estabeleceu uma meta de rentabilidade anual equivalente a 6% acrescida da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

O resultado acumulado dos rendimentos é de R$ 1.208.168,20 milhão. Os meses que apresentaram maiores rentabilidades foram julho e novembro.

A Resolução nº 3.922/2010 e alterações, do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece que os recursos sejam alocados, exclusivamente, nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis. No caso do FUMPRES, o Comitê de Investimentos definiu para 2020 as seguintes faixas de limite por tipo de renda:

SEGMENTO	LIMITE
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS (SELIC) – ART. 7º, I, "A"	100%
FI/FIC 100% TPF – ART. 7º, I, "B"	100%
OPERAÇÕES COMPROMISSADAS SOMENTE EM TPF REGISTRADAS NO SELIC – ART. 7º, II	5%
FI/FIC REFERENCIADO RF (IMA/IDkA) – ART. 7º, III, "A"	60%
FI DE ÍNDICES RF SUBÍNDICES ANBIMA – ART. 7º, III, "B"	60%
FI RENDA FIXA – ART. 7º, IV, "A"	40%
FI RENDA FIXA – ART. 7º, IV, "B"	40%
POUPANÇA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE BAIXO RISCO – ART. 7º, VI, "B"	15%
LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS – ART. 7º, V, "B"	20%
CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (CDB) – ART. 7º, VI, "A"	15%

Plano de Capitalização

O plano de capitalização é um importante projeto estruturante dentro do portfólio da DPR no que tange ao tratamento do déficit atuarial. Embora não resolva definitivamente a problemática, o plano é uma via que demonstra o comprometimento desta gestão em garantir os direitos previdenciários dos servidores públicos municipais e os seus dependentes à longo prazo.

Fruto de muito estudo e articulação com o Gabinete do Secretário, o Conselho Fiscal e o Prefeito, após muitas propostas analisadas, foi definido um plano com início em 2019 e finalizando em 2044. Se refere a uma alíquota extraordinária de 0,8% a.m. que incidirá sobre os salários de contribuição dos servidores ativos, sendo este valor custeado exclusivamente com recursos do tesouro municipal. O montante da aplicação não poderá ser utilizado pelo prazo de 25 anos e será

destinado para equacionar o déficit atuarial que alcança a cifra aproximada de R$ 5,1 bilhões com base no estudo atuarial de 2019.

Conforme art. 11 inciso II da Lei Complementar 075/2020, os recursos do fundo serão aplicados conforme política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

Resultados investimentos

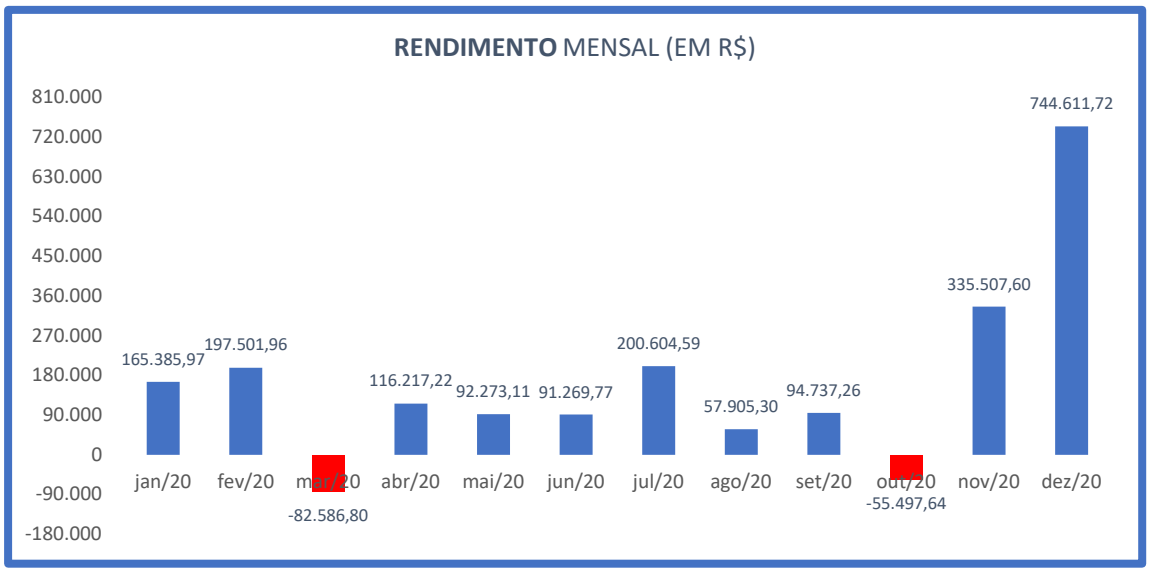
A carteira de investimentos do Fundo Municipal de Previdência do Servidor (FUMPRES) é composta por quinze fundos de investimento credenciados pela Diretoria Geral de Previdência, órgão responsável pela gestão do RPPS dos servidores públicos municipais dos poderes executivo e legislativo de Salvador, suas fundações e autarquias.

De acordo com a Política de Investimentos 2020, elaborada pelo Comitê de Investimentos em novembro de 2019, as aplicações do FUMPRES deverão se limitar a investimentos de renda fixa obedecendo aos seguintes critérios:

SEGMENTO	COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO DE INVESTIMENTO	RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010	% DO CAPITAL ALOCADO	% ALOCAÇÃO POR PL DO FUNDO	% ALOCAÇÃO POR FUNDO
RENDA FIXA	TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL, REGISTRADOS NO SELIC	ART. 7°, I, "A"	ATÉ 100%	NÃO SE APLICA	-
RENDA FIXA	100% TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL, COM POLÍTICA DE INVESTIMENTO COMPROMISSADA EM BUSCAR O RETORNO DO IMA OU IDKA, EXCETO AQUELES ATRELADOS À TAXA DE JUROS DE UM DIA	ART. 7°, I, "B"	ATÉ 100%	ATÉ 15%	-
RENDA FIXA	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS, LASTREADAS EXCLUSIVAMENTE PELOS TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL	ART. 7°, II	ATÉ 5%	NÃO SE ALICA	-
RENDA FIXA	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA OU COMO REFERENCIADOS EM INDICADORES DE DESEMPENHO DE RENDA FIXA, COM POLÍTICA DE INVESTIMENTO COMPROMISSADA EM BUSCAR O RETORNO DO IMA OU IDKA, EXCETO AQUELES ATRELADOS À TAXA DE JUROS DE UM DIA	ART. 7°, III	ATÉ 60%	ATÉ 15%	ATÉ 20%
RENDA FIXA	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA OU COMO REFERENCIADOS EM INDICADORES DE DESEMPENHO DE RENDA FIXA, CONSTITUÍDOS SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO ABERTO	ART. 7°, IV	ATÉ 40%	ATÉ 15%	ATÉ 20%
RENDA FIXA	COTAS DE FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS, CONSTITUÍDOS SOB A FORMA DE CONDOMÍNIO ABERTO (CDB E POUPANÇA)	ART. 7°, VI	ATÉ 15%	NÃO SE APLICA	-
RENDA FIXA	DEPÓSITOS DE POUPANÇA EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONSIDERADA DE BAIXO RISCO DE CRÉDITO (LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS)	ART. 7°, V	ATÉ 20%	NÃO SE APLICA	-

Rendimento

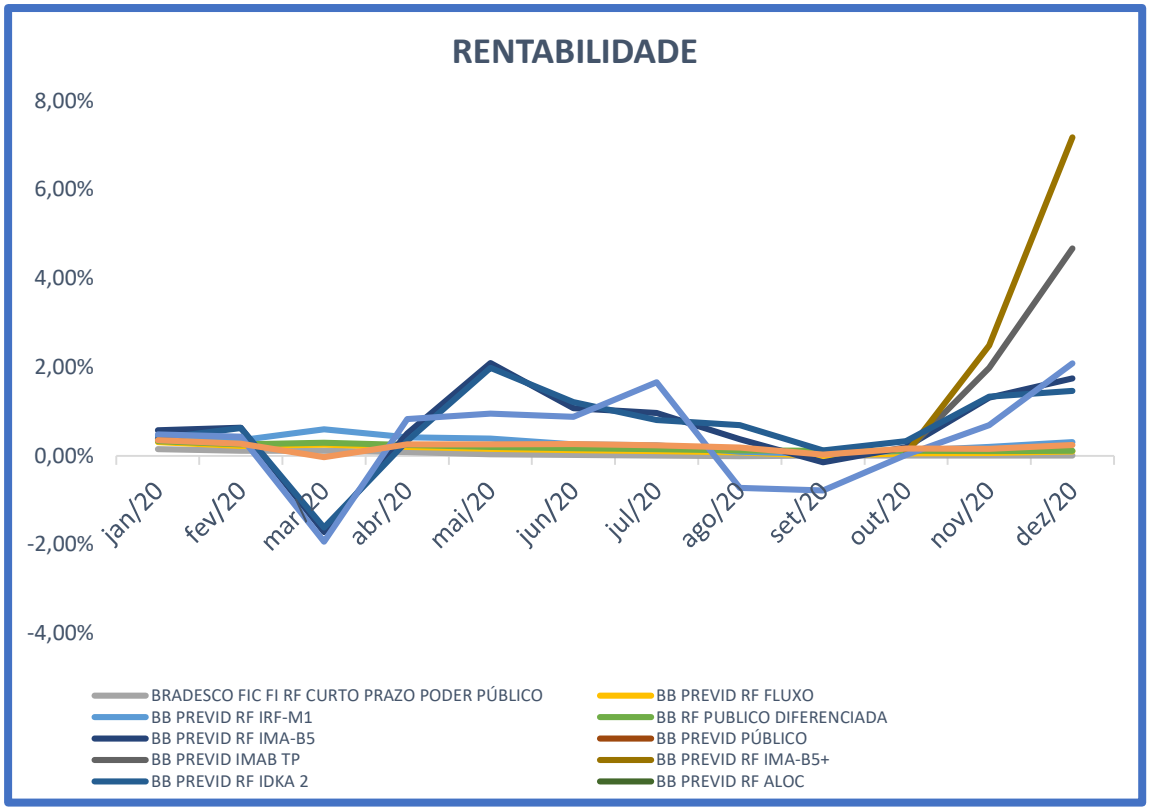
Em novembro de 2020 a rentabilidade das aplicações financeiras atingiu aproximadamente R$ 335 mil, acumulando assim no exercício de 2020 o saldo de R$ 1.208.168,20 milhão. Observa-se que o desempenho das aplicações de novembro apresentou um aumento, quando comparado com o resultado do mês anterior (-R$ 54.993,82), como pode ser observado no gráfico abaixo.



Rentabilidade

A rentabilidade das aplicações sofreu oscilações durante o exercício de 2020. No que tange ao resultado no desempenho das Aplicações Financeiras do FUMPRES, cumpre-nos destacar que foi previsto para o exercício de 2020 um rendimento de aplicações no montante de R$ 2.441.000,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil reais), tendo se realizado o valor de R$ 1.213.000,00 (Um milhão, duzentos e treze mil reais), conforme demonstrativo de Execução da Receita de 30/11/2020.

O 2º trimestre do referido exercício apresentou maior desempenho. As principais aplicações responsáveis por esse desempenho neste período são: BB PREVID RF IDKA 2 (risco muito baixo) com rentabilidade média de 0,56% e BB PREVID RF IMA-B5 (risco muito baixo) com rentabilidade média de 0,53%.



Órgãos Colegiados

Conselho Deliberativo – Conselho Municipal de Previdência do Servidor - COMPRES

O Conselho Municipal de Previdência do Servidor é o órgão consultivo, deliberativo e de supervisão superior, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão, com a finalidade de estabelecer normas e diretrizes para a execução da política previdenciária do Município.

O Conselho Municipal de Previdência do Servidor tem a seguinte composição:

- O Secretário da Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE, que o presidirá
- O Secretário da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ
- 01 (um) membro titular, representante da Procuradoria Geral do Município de Salvador – PGMS, escolhido entre os servidores efetivos deste órgão
- 01 (um) membro titular, representante do Poder Legislativo Municipal, escolhido entre os servidores efetivos deste órgão

- O Diretor de Previdência da SEMGE
- O Diretor de Gestão de Pessoas da SEMGE
- 02 (dois) representantes dos segurados ativos da administração direta, autárquica e fundacional, indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos municipais.
- 02 (dois) representantes dos segurados inativos e pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional, indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos municipais.

O COMPRES funciona em reuniões:
- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado pelo COMPRES, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link:
http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/conselho-deliberativo

Cronograma das Reuniões

MÊS	PAUTA	PRINCIPAIS DECISÕES
30/11/2020	1. Apresentação dos resultados parciais do Programa de Renovação da Previdência Municipal; 2. Prestação de Contas da Poupança Pública Previdenciária instituída pela LC nº 75/2020; 3. Análise e aprovação da Política de Investimentos para o ano de 2021; 4. O que ocorrer.	Analisou e aprovou a Política de Investimentos para 2021
03/09/2020	1. Apresentação dos resultados atuarias e financeiros após a adequação	Decidiu por alterar o Regimento Interno (a

	legislativa; 2. Apresentação do SISPREV WEB – Sistema Previdenciário; 3. Prestação de Conta da Poupança Pública Previdenciária; 4. Alteração do Regimento Interno; 5. Análise e aprovação do Código de Ética do FUMPRES; 6. Processo de certificação de Gestores e membros de Conselhos e Regime Disciplinar proposto pela Secretaria da Previdência.	alteração do regimento interno foi realizada para incluir regras procedimentais para discussão das matérias e para interposição de recursos contra decisões denegatórias de processos de concessão e de revisão de benefícios previdenciários) e por instituir o Código de Ética

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão, com a finalidade fiscalizar, supervisionar e monitorar a gestão e o controle interno do Fundo Municipal da Previdência do Servidor.

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

- 02 (dois) representantes, escolhidos livremente pelo Chefe do Poder Executivo
- 02 (dois) representantes, escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo entre os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo

O Conselho Fiscal funciona em reuniões:

- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial.

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link:

http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/conselho-fiscal

Cronograma de Reuniões

MÊS	PAUTA	PRINCIPAIS DECISÕES
07/12/2020	1. Aprovação do relatório de investimentos do mês de novembro; 2. Prestação de contas da Poupança Pública; 3. Balanço sobre o ano de 2020 e programação para 2021; 4. Balanço sobre o lançamento do SISPREV (se houver o evento com o Prefeito antes); 5. O que ocorrer.	Apresentação do relatório de investimentos do mês de novembro. Prestação de contas da Poupança Pública. Balanço sobre o ano de 2020 e programação para 2021.
16/11/2020	1. Atualização sobre a implantação do sistema; 2. Explicação sobre evento com o prefeito; 3. Relatório de Investimentos; 4. O que ocorrer.	Atualização sobre a implantação do sistema. Apresentação Relatório de Investimentos.
22/10/2020	1. Relatório de andamento do projeto de implantação do SISPREV-WEB 2. Análise do relatório de investimentos do mês de setembro 3. Previsão de conclusão do relatório anual de gestão da DPR/FUMPRES 4. O que ocorrer	Relatório de andamento do projeto de implantação do SISPREV-WEB. Análise do relatório de investimentos do mês de setembro. Previsão de conclusão do relatório anual de gestão da DPR/FUMPRES.
04/09/2020	1. Apresentação do Relatório de Investimentos; 2. Atualização sobre a implantação do sistema;	Apresentação do Relatório de Investimentos. Atualização sobre a

	3. Informes sobre a proposta de certificação dos membros de conselho; 4. Prestação de contas da poupança pública; 5. O que ocorrer.	implantação do sistema. Informes sobre a proposta de certificação dos membros de conselho. Prestação de contas da poupança pública.
07/08/2020	1. Apresentação do Relatório de Investimentos; 2. Atualização sobre a implantação do sistema; 3. Atualização sobre a implantação do RPC; 4. Prestação de contas da poupança pública; 5. O que ocorrer.	Apresentação do Relatório de Investimentos. Atualização sobre a implantação do sistema. Atualização sobre a implantação do RPC. Prestação de contas da poupança pública.
08/07/2020	1. Posse do novo presidente do Conselho Fiscal; 2. Apresentação da DPR sobre o cronograma de implantação do sistema de gestão previdenciária; 3. Apresentação do relatório mensal de investimentos produzido pelo Comitê de Investimentos; 4. Prestação de contas da Poupança Pública Previdenciária; 5. O que ocorrer	Posse do novo presidente. Prestação de Contas da Poupança Pública Previdenciária. Apresentação do Relatório de Investimentos. Apresentação do cronograma da implantação do sistema de gestão previdenciária.
01/06/2020	1. Decreto para regulamentar o regime disciplinar dos RPPS 2. Prestação de contas da poupança pública previdenciária 3. O que ocorrer	Prestação de Contas da Poupança Pública Previdenciária. Apresentação de

		informações do decreto administrativo disciplinar.
14/05/2020	1. Prestação de contas da poupança pública previdenciária; 2. Apresentação dos resultados atuariais; 3. Atualização sobre o sistema AGENDA.	Prestação de Contas da Poupança Pública. Apresentação do Relatório Atuarial de 2019.
08/04/2020		Aprovação da realização das reuniões por videoconferência, por conta da pandemia do coronavírus. Conselho Fiscal informado sobre a aprovação da LC 75/2020, responsável pela adequação legislativa à EC 103/2019 e por criar a Poupança Pública Previdenciária
16/03/2020		Apresentação da proposta legislativa para alteração dos regramentos previdenciários, em conformidade com a EC 103/2019. Conselho Fiscal anuiu com as modificações propostas
05/02/2020		Apresentação e aprovação, com destaque dos resultados, do Relatório anual de

		Gestão da Diretoria da Previdência
10/01/2020		Analisaram os resultados dos investimentos do ano de 2019. O Conselho Fiscal fora informado acerca da tramitação de projeto de Lei de Responsabilidade Previdenciária e da futura necessidade de Certificação do membros do conselho de RPPS.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é órgão consultivo e deliberativo, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão, com a finalidade de auxiliar no processo decisório quanto à implantação da política de investimentos anual e deliberar sobre sua execução e revisões.

O Comitê de Investimentos tem a seguinte composição:

- 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE, que o presidirá
- 01 (um) representante indicado pela Secretaria da Fazenda do Município – SEFAZ, que exercerá a função de Vice-Presidente
- 01 (um) representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo entre os servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

O Comitê de Investimentos funciona em reuniões:

- Ordinárias, de acordo com o calendário anual previamente aprovado na primeira reunião ordinária de cada exercício, para apreciação de assuntos gerais e deliberações da sua competência;
- Extraordinárias, quando a convocação se der para fim especial.

Todas as atas das reuniões são disponibilizadas no site institucional do FUMPRES, pelo link: http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/index.php/institucional/conselhos-e-comite/comite-de-investimento

Cronograma de Reuniões

MÊS	PAUTA	PRINCIPAIS DECISÕES
04/12/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de novembro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos
18/11/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de outubro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	O Comitê decidiu credenciar fundos do Banco Nordeste do Brasil/SA. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos. Fora analisada e aprovada a Política de Investimentos para 2021.
09/10/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de setembro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.

08/09/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de agosto/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
10/08/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de julho/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Alta na rentabilidade dos fundos, devido à recomendação do Comitê para que os investimentos fossem novamente distribuídos entre os fundos de maior possibilidade de rentabilidade. Apresentados resultados da Poupança Pública Previdenciária, salientando que a política de investimentos permanece mais cautelosa e o controle está sendo individualizado em conta própria. O Comitê decidiu credenciar fundos da XP Investimentos. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
10/07/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de junho/2020	Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.

	2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	
10/06/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de maio/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Fora relatada queda na rentabilidade, decorrida da decisão adotada de se tentar preservar o capital investido diante da grande instabilidade econômica, causada pela pandemia. Desta forma, foi dada a autorização para desenquadramento dos percentuais de fundos credenciados o que se assegurou a manutenção do capital investido e uma pequena rentabilidade. Entretanto, tendo em vista os dados de rentabilidade apresentados nos meses de maio, em especial aos fundos IMA, entenderam prudente que os investimentos começassem a ser novamente distribuídos entre esses fundos de maior possibilidade de rentabilidade.

		Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
13/05/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de abril/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Fora pontuada a aprovação da Poupança Pública, através da LC 75/2020. A Poupança Pública Previdenciária se refere a uma alíquota extraordinária de 0,8% a.m. que incidirá sobre os salários de contribuição dos servidores ativos, custeada exclusivamente com recursos do Tesouro Municipal. O montante da aplicação não poderá ser utilizado pelo prazo de 25 anos e será destinado para equacionar o déficit atuarial que alcança a cifra aproximada de R$ 7,2 bilhões. O art. 11, inciso II da supracitada legislação dispõe que os recursos da Poupança Pública Previdenciária serão aplicados conforme política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo do RPPS.

		Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
13/04/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de março/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Fora ressaltada a conjuntura econômica mundial, por conta da pandemia do novo Coronavírus, salientando que a decisão do desenquadramento evitou-se um prejuízo maior no retorno dos investimentos. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
16/03/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de fevereiro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram a situação econômica mundial, início dos impactos na economia causados pela pandemia no novo Coronavírus. Diante da volatilidade do mercado, o Comitê decidiu, por unanimidade, mesmo sob pena de desenquadramento, retirar os valores investidos na aplicação IMA, ante o evidente risco de prejuízo.

		Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
06/02/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de janeiro/2020 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram dos resultados de janeiro de 2020, decidindo manter a estratégia de investimentos para o mês de fevereiro/2020. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.
13/01/2020	1. Analisar e aprovar o relatório mensal do Comitê relativo ao mês de dezembro/2019 2. Realizar uma análise do resultado dos investimentos do referido mês	Analisaram os resultados de dezembro de 2019, decidindo manter a estratégia de investimentos para o mês de janeiro/2020. Aprovação do relatório mensal do Comitê de Investimentos.

Órgãos de Fiscalização do FUMPRES

A gestão previdenciária do FUMPRES está subordinada aos órgãos fiscalizadores abaixo:

- Conselho Fiscal
- Tribunal de Contas do Município
- Secretaria de Previdência Social

Gestão de Pessoal

Estrutura Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal é composto por 88 profissionais, divididos entre servidores, cargos (46) e terceirizados (42). Compõem a Diretoria Estratégica:

- Secretário Municipal de Gestão
- Subsecretária Municipal de Gestão
- Diretor Geral de Previdência
- Gerente de Benefícios Previdenciários
- Gerente de Compensação Previdenciária
- Gerente Financeiro
- Assessor Especial de Informações
- Assessora Especial de Gestão e Controle Previdenciário
- Assessora Especial de Gestão das Unidades de Apoio à Gestão do RPPS
- Coordenadora de Benefícios
- Coordenador de Contabilidade da Previdência

Organograma

Gestão Orçamentária e Financeira

Receita Previdenciária

No total da receita em 2020 foi possível observar que houve um crescimento de aproximadamente 12,8% em relação ao ano anterior, com o total de quase R$ 565 milhões. Portanto tornou-se crucial identificar quais fatores influenciaram para a redução da receita, dividindo-a em quatro grandes grupos: receitas de contribuição (1) patronal, (2) do servidor, (3) compensação previdenciária, (4) outras receitas.

No primeiro semestre de 2020, foi possível identificar uma receita total de R$ 231.915.741,44, a tabela a seguir demonstra o quantitativo das receitas por grupo nesse período:

GRUPO	2020
	1º SEMESTRE
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	153.002.686,38
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	73.675.660,30
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.603.358,47
OUTRAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	1.634.036,29
RECEITA TOTAL	**R$ 231.915.741,44**

No segundo semestre de 2020, houve uma receita total de R$ 332.872.550,64, conforme demonstrado na tabela abaixo:

GRUPO	2020
	2º SEMESTRE
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	199.780.028,82
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	127.143.958,14
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.449.361,85
OUTRAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2.499.201,83
RECEITA TOTAL	**R$ 332.872.550,64**

Conforme se observa na tabela das receitas previdenciárias e administrativa apresentada abaixo, o FUMPRES registrou um crescimento de 8,2% na receita de contribuição patronal em comparação ao ano de 2019. Na tabela abaixo é possível verificar o histórico anual conforme os tipos de receitas.

GRUPO	2016	2017	2018	2019	2020
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	266.400.210	278.456.219	316.512.801	326.000.116	352.782.715
CONTRIBUIÇÃO SERVIDOR	148.579.929	148.907.115	155.251.597	160.574.671	200.819.618
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.605.634	4.385.095	4.684.830	6.720.361	7.052.720
OUTRAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	19.817.052	39.727.335	8.115.781	6.986.406	4.133.238
RECEITA TOTAL	**438.402.825**	**471.475.764**	**484.565.009**	**500.281.553**	**564.788.292**

Despesa Previdenciária

Inicialmente, é importante esclarecer que a despesa total é a soma das despesas previdenciárias – aquelas que representam os desembolsos com pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte – com as despesas administrativas – que representam o desembolso necessário para manutenção de estrutura logística, pessoal e predial para suportar a atividade principal do regime próprio.

Conforme a série histórica das despesas previdenciária e administrativa, é notória a redução em despesas previdenciárias. Todavia, o resultado do acumulado dos meses de 2020 foi de aproximadamente R$ 576 milhões. No comparativo de 2019 e 2020, observou-se uma redução de 6,8% nas despesas da fonte do tesouro e um crescimento de 0,22% da fonte do FUMPRES, acarretando na redução de aproximadamente 5 milhões.

A tabela abaixo expressa as despesas referente ao primeiro semestre do exercício de 2020, divididas por duas fontes, sendo elas: Tesouro e Fundo Municipal de Previdência do Servidor.

Analisando a despesa total, no que tange a previdência municipal em 2020 totalizaram aproximadamente R$ 575 milhões, sendo que as despesas administrativas totalizaram aproximadamente R$ 8 milhões.

DESPESA	FONTE	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL
APOSENTADORIA	FUMPRES	R$ 180.947.745,74	R$ 195.568.024,35	R$ 376.515.770,09
PENSÃO POR MORTE	FUMPRES	R$ 51.650.104,77	R$ 55.640.619,66	R$ 107.290.724,43
ADMINISTRATIVA	FUMPRES	R$ 911.937,97	1.961.158,41	R$ 2.873.096,38
APOSENTADORIA	TESOURO	R$ 32.965.266,27	R$ 32.755.930,93	R$ 65.721.197,20
PENSÃO POR MORTE	TESOURO	R$ 9.603.938,56	R$ 10.174.463,72	R$ 19.778.402,28
ADMINISTRATIVA	TESOURO	R$ 1.923.693,66	R$ 2.616.833,46	R$ 4.540.527,12
TOTAL		R$ 278.002.686,97	R$ 298.717.030,53	R$ 576.719.717,50

Gerenciamento de Custeio e Contratos

Todos os contratos e aditivos foram formalizados e elaborados de acordo com as normas legais e receberam o devido parecer da Procuradoria Geral do Município, sendo firmados pela Secretária Municipal de Gestão (SEMGE). As informações relativas aos contratos estão devidamente listadas no Anexo I deste relatório.

Controles Internos

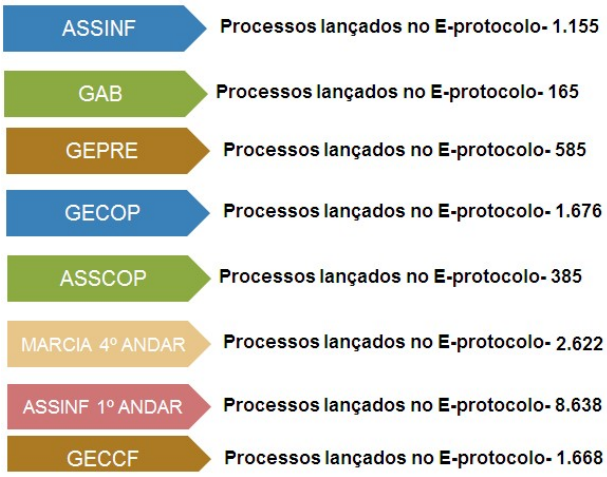
O crescimento das modificações legislativas influenciou a DPR na constante busca de mecanismos, visando obter informações fidedignas, bem como padronizar os procedimentos de forma que proporcione assegurar e alcançar os objetivos estabelecidos. O conjunto de procedimentos realizados no primeiro e no segundo semestre de 2020 garantiram o cumprimento dos propósitos estabelecidos, por meio do monitoramento constate dos processos e análise dos gargalos, garantindo minimizar prejuízos ou desperdícios à organização.

Diante disso, visando o aprimoramento da gestão documental por meio do projeto arquivo, foi possível mapear documentos e processos antes não triados, de modo a identificá-los, contabilizá-los e separá-los por caixas de acordo com o gênero e espécie de cada um, dando um enfoque maior aos processos de aposentadoria e pensão por morte assim encontrados.

As atividades do projeto se resumem em coleta de caixas, triagem de documentos, lançamento de dados em planilha de controle de produção, e por fim, em se tratando de processos, o cadastramento destes no sistema do E-protocolo.

No primeiro semestre de 2020, no dia 17 de janeiro, foi realizada uma reunião na Diretoria de Previdência com os seguintes objetivos: definir o time de desenvolvimento e a estratégia utilizada. Diante desses objetivos, foi definido a utilização da metodologia SCRUM com Sprint quinzenal, que representa um Time Box dentro do qual um conjunto de atividades deveria ser executado. Cada setor determinou o colaborador para contribuir em 15 dias com a força tarefa no setor de arquivo, que resultou em 6197 processos cadastrados.

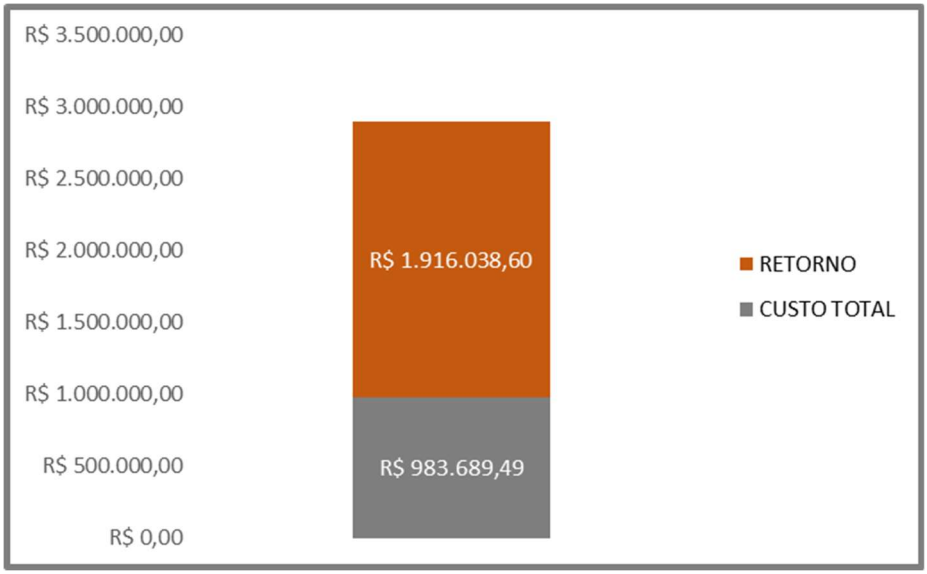
No segundo semestre de 2020, a produção teve um aumento, visto que o rodízio da jornada de trabalho, por conta do COVID-19, foi reestruturado, voltando ao trabalho e desenvolvimento dos projetos, consequentemente obtendo um resultado de 10697 processos cadastrados no e-protocolo. É possível verificar abaixo os resultados demonstrados por setor no ano de 2020.



Além disso, ressalta-se que, anteriormente, era realizado um pagamento mensal à P.A no valor de R$ 4.912,00 para guarda dos arquivos. Com a finalização do contrato houve uma economia de aproximadamente R$ 60.000,00 no exercício de 2020.

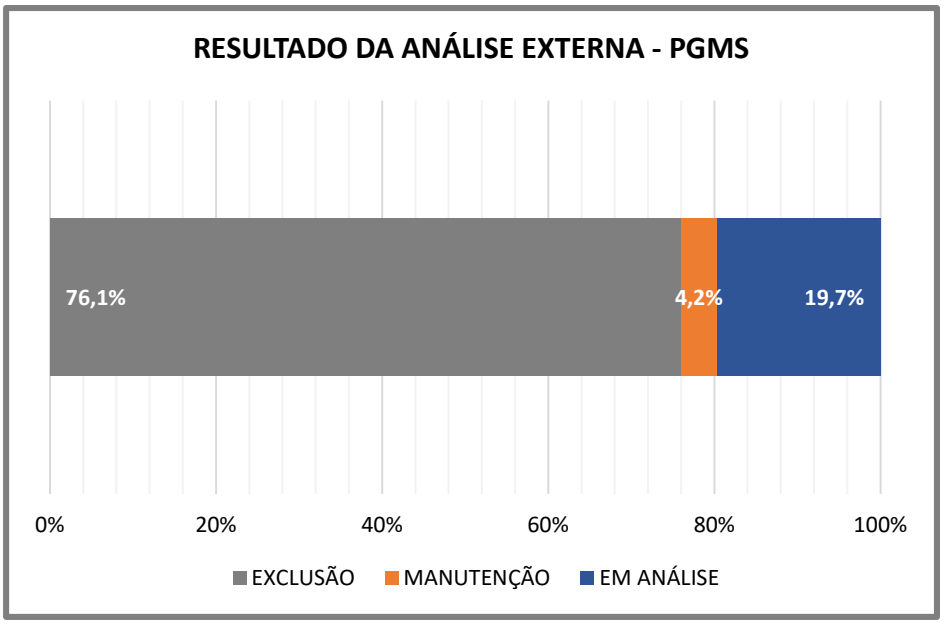
No que tange as atividades de auditoria foi possível verificar que no exercício de 2020 o procedimento obteve melhorias em termos de maior controle dos processos. Sendo assim, foram definidos indicadores de desempenho e uma

rotina de gestão para monitoramento, por meio de planilha eletrônica automatizada e *dashboard*.



O gráfico acima mostra o custo do projeto, comparado com o retorno que a rotina implantada está gerou mensalmente. Desde o início do projeto o retorno foi positivo, ou seja, o retorno, em relação à economia gerada, supera o valor investido para sua manutenção, sendo assim, o projeto e consequentemente a rotina de auditoria é superavitário.

Quando se estratifica o resultado da análise da rotina durante o exercício de 2020, percebe-se que a maioria (cerca de 84%) dos benefícios de pensão é encaminhada para a execução de diligência para esclarecer indícios; apenas 12% dos processos estavam integralmente esclarecidos e foram, portanto, arquivados; e outros 4% foram encaminhados diretamente para a Procuradoria Geral do Município do Salvador (PGMS) por demonstrar comprovação documental de que o segurado não faz jus ao benefício percebido.



Além disso, no gráfico acima é possível observar que aproximadamente 76% dos processos encaminhados para análise da PGMS retornou com parecer opinando pela exclusão definitiva do benefício de pensão por morte. Em relação ao resultado da análise da auditoria por direcionamento do resultado, foi possível identificar que do total de 2.347 dos processos analisados, a maior parte (82%) foi direcionada para visita social. Diante disso, verifica-se que o exercício de 2020 finalizou com o número de 1.997 que foram direcionados para a visita social, 202 para a perícia médica, 89 foram solicitados documentos para composição do processo, 56 foram oficializados para outros órgãos e 03 são outras situações.

Business Process Managament (Bpm)

Business Process Management (BPM) é uma abordagem que integra os objetivos organizacionais aos desejos e necessidades dos clientes através da gestão dos processos de negócio de forma horizontal e transversal. Com perspectiva de auxiliar no controle interno com a identificação dos possíveis gargalos nos processos de negócio, junto aos projetos de melhoria dos procedimentos realizados diariamente, a DPR abriu frente de trabalho com grau de prioridade ao mapeamento de cada serviço para se obter resultados de padronização e qualidade com a utilização da ferramenta Bizagi Modeler.

Dada a situação dos processos – tanto no desenho metodológico, quanto ao cenário de tecnologia – entendeu-se que a necessidade de transformação nos processos de negócio. Na literatura internacional muito se tem debatido sobre o tema do Business Process Transformation (BPT), que se trata essencialmente de repensar como os processos são executados e atuar em sua transformação para que se adeque às reais necessidades do cliente.

Após levantamento junto às gerências da DPR, identificou-se 29 processos adequados para implementar a automatização – os quais foram discutidos em uma ordem de prioridade que considerou a demanda, o impacto para os objetivos estratégicos e o grau de complexidade. Visto isso, surge a necessidade de um sistema de gestão para RPPS que possibilite relatórios consistentes de soluções tecnológicas seguras objetivando reduzir perdas, melhorar a produtividade através da integração e otimizar tempo facilitando o gerenciamento dos processos.

Nos últimos anos a DPR atuou junto ao Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) da SEMGE e a Companhia de Governança Eletrônica (COGEL) no sentido da implementação de um site específico para o órgão, no qual atualmente já foi disponibilizado um portal para a oferta de serviços online, permitindo grande avanço na proposta de “autosserviço”, além de atendimento às normas de transparência na gestão do FUMPRES. Além disso, o site funcional e otimizado permitiu o maior alcance das informações referente a previdência municipal.

No primeiro semestre de 2020 a empresa Agenda Assessoria foi contratada para implantação de um Software de Gestão Previdenciária preparado para atender aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). O sistema é totalmente focado na melhoria dos fluxos operacionais, permitindo o atendimento descentralizado do segurado, reduzindo consideravelmente o tempo para a concessão de benefícios previdenciários. Diante disso, as atividades iniciais foi justamente entender a realidade da DPR mapeando todos os serviços e realizando reuniões com os devidos setores responsáveis.

Adicionalmente, a partir do Decreto nº 32.387 de 06 de maio de 2020, foi instituído um novo meio digital institucional oficial de tramitação de processos eletrônicos administrativos informações e documentos no âmbito da Administração Pública Municipal. O e-Salvador transformou a forma de produção, tramitação, consulta e arquivamento de atos administrativos da Prefeitura. O sistema substituiu o e-Protocolo, promovendo um aumento de produtividade e redução do tempo de tramitação dos processos. Contudo, em seis meses de implantação, foram criados mais de 60 mil processos! Além de agregar valor ao atendimento público.

No segundo semestre de 2020, no que se refere o desenvolvimento do SISPREV WEB se iniciou as atividades de parametrização do sistema, levando em considerando as especificidades da organização. Visando a flexibilidade e agilidade na comunicação foi desenvolvido um portal do segurado integrado com o sistema. Além disso, a segurança de um portal torna-se muito avançada no que tange o antigo cenário, sendo assim, O Portal do segurado disponibiliza simulação, acompanhamento de processo, emissão de holerite, boleto de contribuição facultativa, extrato de contribuição, enquetes, ouvidoria, FAC, entre outros; Além do acesso ao portal pelo site foi desenvolvido um aplicativo “MEU RPPS” que permite o acesso que o segurado tenha informações na palma da mão, de forma ágil e segura, podendo obter informações de qualquer lugar e a qualquer hora.

Diante disso, em outubro iniciou os treinamentos e navegações assistidas de cada módulo. Então, em 18 de dezembro de 2020 por meio do Decreto nº 33.406 foi instituído o Sistema Previdenciário - SISPREV WEB como o sistema oficial para a gestão de processos e documentos administrativos previdenciários eletrônicos no âmbito dos Órgãos e das Entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional e da Câmara Municipal de Salvador.

Cumprimento de Decisões Judiciais

No exercício de 2020 foram cumpridos o quantitativo abaixo de processos:

TIPO	QUANTIDADE
Administrativo - Judicial	74
Judicial - Informações	3
Judicial - Intimação	2
Total Geral	**79**

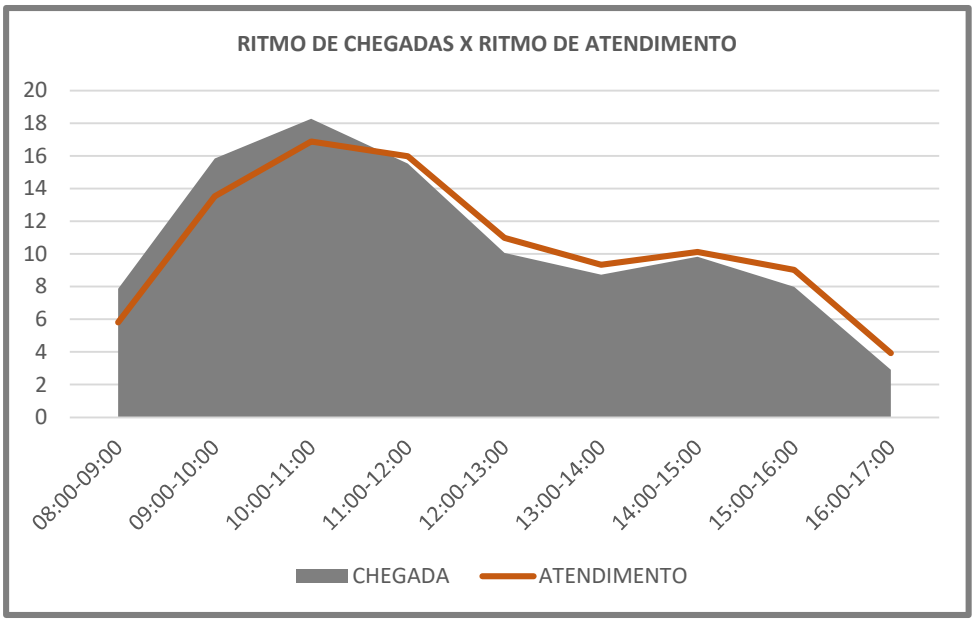
Canais de Atendimento

Presencial

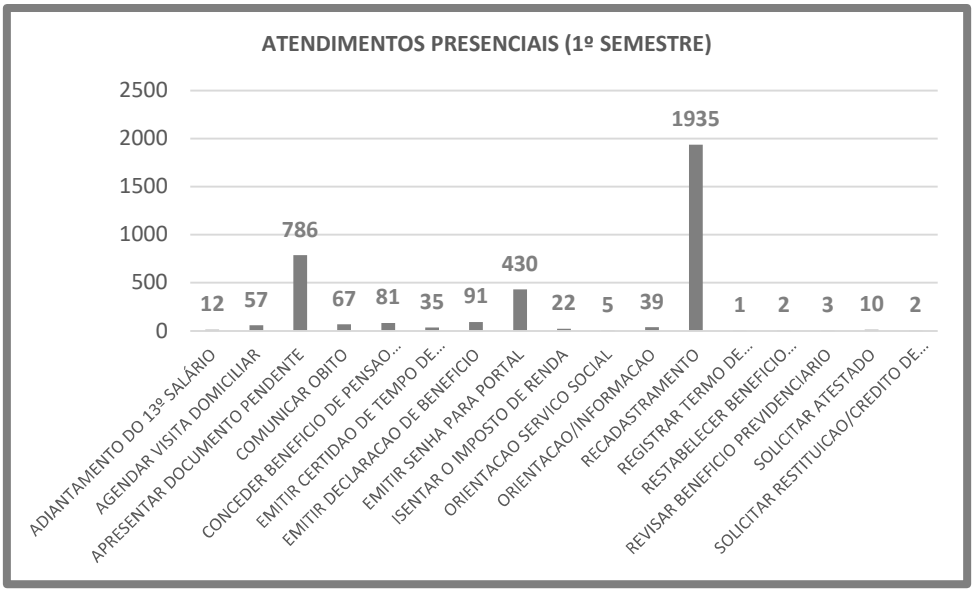
As atividades de atendimento na DPR envolvem os setores de Cadastro e Orientação e de Assistência Social, bem como serviços online e "fale conosco" através do site http://www.previdencia.salvador.ba.gov.br/. Para permitir a gestão dos níveis de atendimento oferecidos pela diretoria, colocou-se em marcha a implantação do projeto de medição e monitoramento do sistema de atendimento. O objetivo é promover um entendimento da organização do trabalho, conhecer a demanda por cada serviço e monitorar a dinâmica das filas.

Visando o aprimoramento continuo do atendimento aos segurados os meios de atendimentos passaram por diversas transformações organizacionais incluindo layout, criação e extinção de serviços, reorganização da equipe, regras de negócio e procedimentos operacionais. A medição é apoiada pelo Sistema de Gestão de Atendimento (SGA), disponível na web com versão gratuita, que é capaz de rastrear todas as etapas de um atendimento.

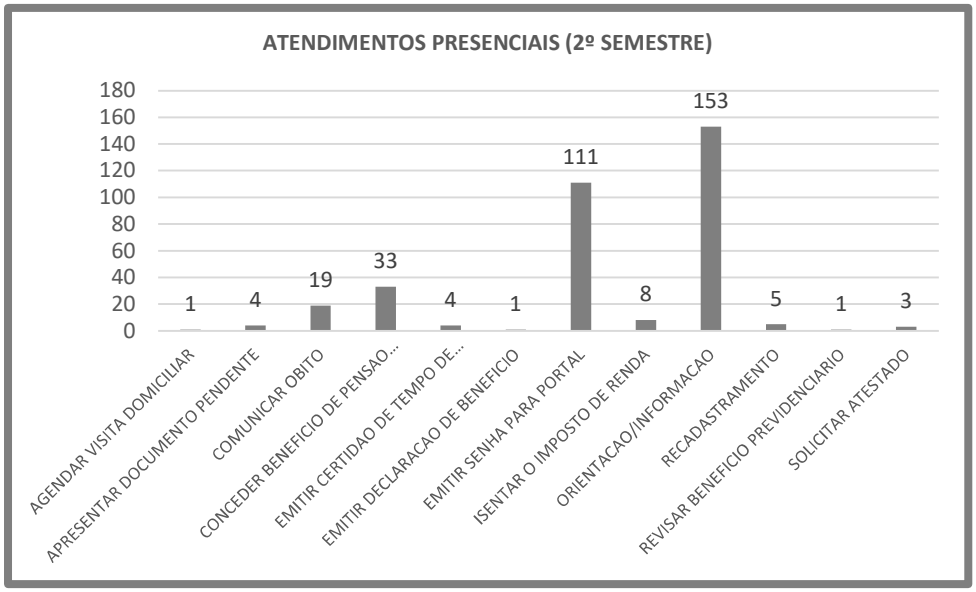
Assim, os atendimentos presenciais foram monitorados através de (15) indicadores para de qualidade, a produtividade e o desempenho do sistema de atendimento. Paralelamente, tem sido promovida uma mudança no mindset dos colaboradores diretamente envolvidos nas atividades de atendimento, os quais não tinham percepção do impacto que geram na capacidade de gestão dos benefícios previdenciários.



Um dos resultados mais importantes do monitoramento, em virtude da sua influência em todo o sistema, é o conhecimento da dinâmica de filas. Conforme o gráfico acima é possível verificar que desde o princípio, a concentração das chegadas de "cliente" nas primeiras horas do dia, com redução significativa da demanda no turno vespertino. Vale ressaltar que no primeiro semestre de 2020 foram realizados 3579 atendimentos, sendo 54% para o serviço de recadastramento. O gráfico abaixo demonstra os atendimentos realizados no primeiro semestre do ano de 2020.



Conforme Decreto Municipal nº 32.256, publicado em 16 de março de 2020, a obrigatoriedade do recadastramento foi suspensa temporariamente por medidas de prevenção e controle para o enfrentamento do COVID-19 no âmbito do município de Salvador. Diante disso, no segundo semestre do ano de 2020 os atendimentos previdenciários tiveram uma queda, resultando no total de 343 atendimentos, com 45% para emitir a senha o portal. O gráfico abaixo demonstra todos os atendimentos presenciais realizados no segundo semestre de 2020.



Os indicadores a seguir demonstram grandes incrementos na capacidade produtiva dos setores envolvidos com o atendimento no ano de 2020. Sobretudo, o monitoramento contribuiu com a estabilização do sistema de atendimento, mantendo os indicadores em níveis aceitáveis de desempenho e com variabilidade natural, sem apresentar tendências que comprometam a qualidade dos serviços. Os indicadores são monitorados constantemente e utilizados para apoio à decisão, exercendo importante papel no projeto de melhoria para dos serviços.

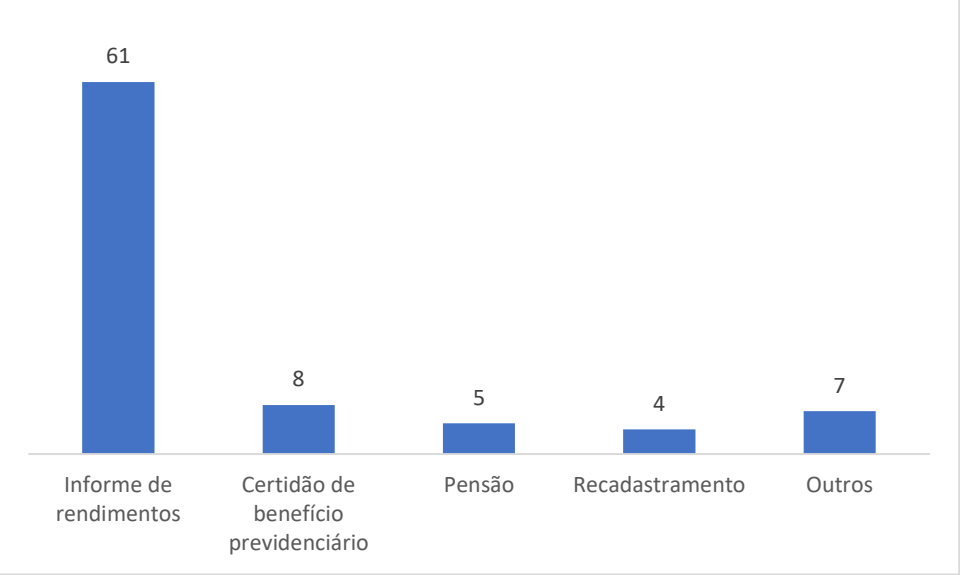
- **TEMPO** MÉDIO DE **ATENDIMENTO**
  - 11:49 MINUTOS
- **TEMPO** MÉDIO DE **ESPERA**
  - 09:02 MINUTOS
- **TEMPO** MÉDIO NO **SISTEMA**
  - 21:54 MINUTOS
- **PRODUTIVIDADE GERAL**
  - 14 ATENDIMENTO/HORA (114 ATENDIMENTO/DIA)
- **PRODUTIVIDADE POR COLABORADOR**
  - 3,0 ATENDIMENTO/PESSOA.HORA

Serviços Online

1º semestre – por assunto

No primeiro semestre de 2020, a ouvidoria recebeu 85 manifestações relacionadas aos assuntos de competência da Diretoria de Previdência – DPR.

Outras manifestações cuja competência não era da DPR foram esclarecidas pela ouvidoria e não foram contabilizadas, assim como ocorreu também com manifestações em duplicidade.



FONTE: OUVIDORIA/DPR

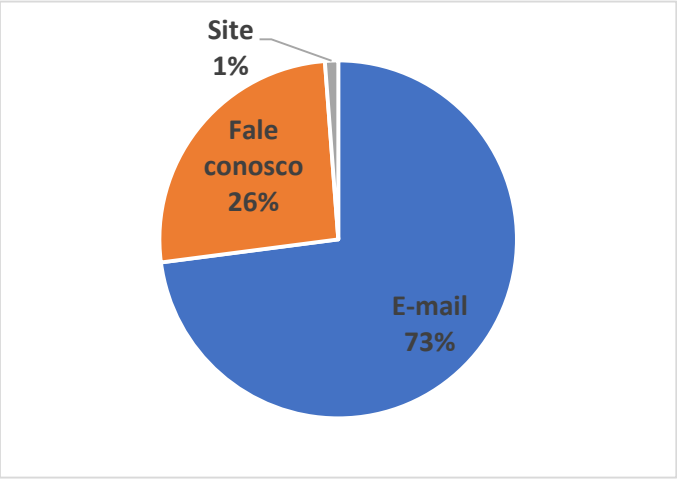
Assunto	Qtd	%
Informe de rendimentos	61	72%
Certidão de benefício previdenciário	8	9%
Pensão	5	6%
Recadastramento	4	5%
Outros	7	8%
TOTAL	**85**	**100%**

FONTE: OUVIDORIA/DPR

A causa de mais da metade das manifestações relacionadas à solicitação de Informe de Rendimentos (72%) ocorreu por conta do prazo para Declaração Anual do Imposto de Renda para Pessoa Física e pela dificuldade de muitos servidores para acesso ao portal do servidor para emissão do IR 2019.

Em seguida, os tipos Certidão de benefício previdenciário (9%), Pensão (6%) e Recadastramento. As manifestações sobre Certidão de Benefício foram para solicitações da certidão e as manifestações sobre Pensão diz respeito às informações sobre documentação para concessão do benefício e solicitação de desbloqueio de benefício. No que diz respeito às manifestações sobre recadastramento se refere à informações sobre o processo de recadastramento. Os temas com menores números de manifestações foram agrupados em "Outros", e corresponderam a 8%. Os temas agrupados foram: antecipação do 13º salário, solicitação de senha para acesso ao portal do servidor e comunicação de óbito

1º semestre – por canal

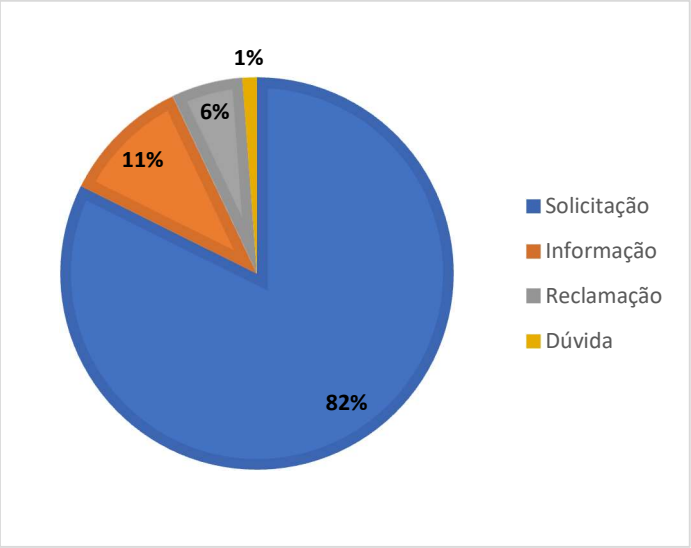


Canal	Qtd
E-mail	62
Fale conosco	22
Site	1

Percebe-se que os principais canais de entrada são realizados através do e-mail (previdencia@salvador.ba.gov.br) e do Fale conosco no site na Previdência

1º semestre – por tipo

Tipo	Qtd
Solicitação	70



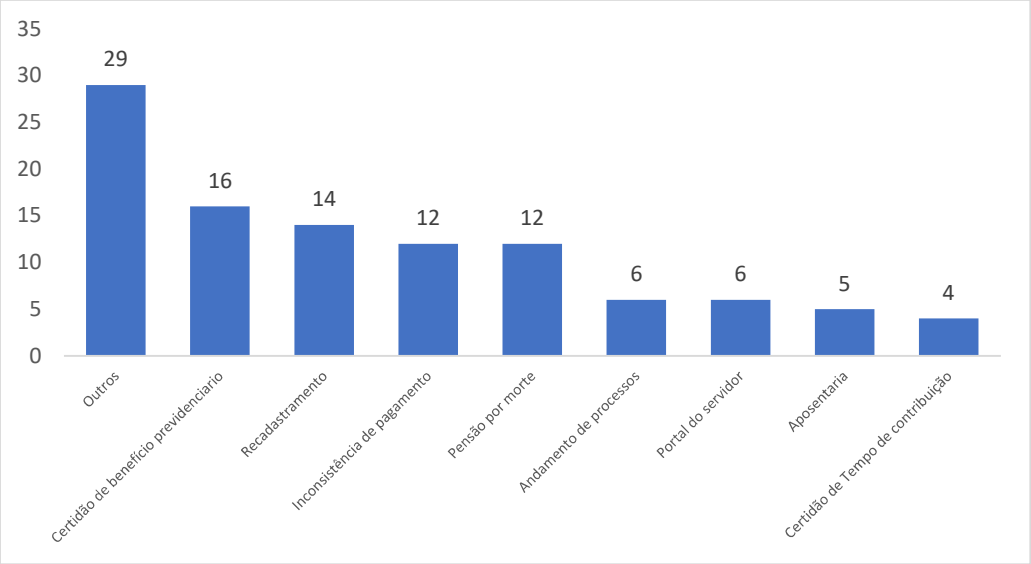
Informação	9
Reclamação	5
Dúvidas	1

Em relação à classificação das manifestações por tipo, Solicitação é o mais prevalente, com 82%, seguida de Informação (11%), Reclamação (6%) e Dúvidas (1%).

2º semestre – por assunto

No primeiro semestre de 2020, a ouvidoria recebeu 104 manifestações relacionadas aos assuntos de competência da Diretoria de Previdência – DPR.

Outras manifestações cuja competência não era da DPR foram esclarecidas pela ouvidoria e não foram contabilizadas, assim como ocorreu também com manifestações em duplicidade.



Assunto	Qtd	%
Outros	29	28%
Certidão de benefício previdenciário	16	15%
Recadastramento	14	13%
Inconsistência de pagamento	12	12%
Pensão por morte	12	12%
Andamento de processos	6	6%
Portal do servidor	6	6%
Aposentaria	5	5%
Certidão de Tempo de contribuição	4	4%
TOTAL	104	100%

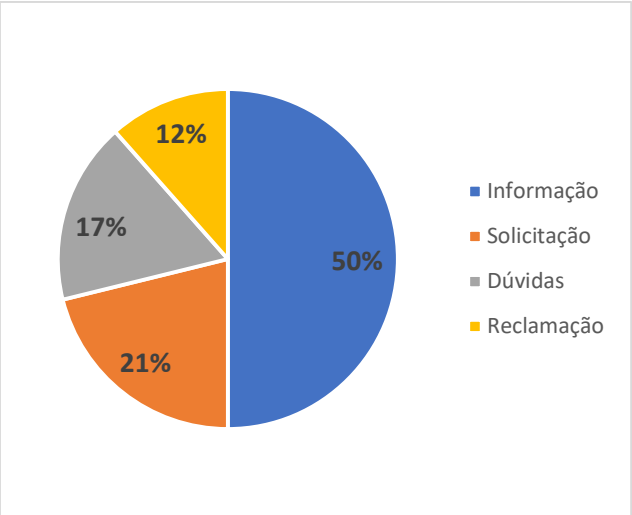
Os temas com menores números de manifestações foram agrupados em "Outros", e corresponderam a 28%. O percentual está alto pois ocorreram diversas manifestações para diversos assuntos em números pequenos. Os temas agrupados foram: Isenção de tempo de contribuição, ressarcimento de auxílio emergencial, retificação de carga horária, tempo de serviço, tempo de aposentadoria, entre outros.

Em seguida, os tipos Certidão de benefício previdenciário (15%), Recadastramento (13%), Inconsistência de pagamento (12%), Pensão por morte (12%), Andamento de processos (6%), Portal do servidor (6%), Aposentadoria (5%) e Certidão de Tempo de Contribuição (4%).

2º semestre – por canal

No segundo semestre, as manifestações foram recebidas 100% via e-mail.

2º semestre – por tipo



Tipo	Qtd
Informação	52
Solicitação	22
Dúvidas	18
Reclamação	12

Em relação à classificação das manifestações por tipo, Informação é o mais prevalente, com 50%, seguida de Solicitação (21%), Dúvidas (17%) e Reclamação (12%).

As informações solicitadas foram a respeito de aposentadoria, como processos, documentação, cálculo de benefícios, entre outros. As principais solicitações foram em relação a Certidão de Benefício Previdenciário. As dúvidas dizem respeito ao recadastramento, cálculo de proventos, tempo de aposentadoria, entre outros.

Por fim, as principais queixas foram referentes às inconsistências de pagamento, devido ao aumento da alíquota de 11% para 14% e tributação dos proventos dos aposentados acima de 3 salários mínimos.

APROVADO EM 4º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL 20/04/2021
APROVADO EM REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COMPRES 12/07/2021

DANIEL RIBEIRO SILVA
Diretor Geral de Previdência